



Rio Grande do Sul  
Município de Alpestre  
Praça Tancredo Neves, 300  
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18  
Departamento de Compras e Licitações

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO- Nº 28/2025**

PROCESSO Nº 72/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA KODEFY DESENVOLVIMENTO DE APPS LTDA, CNPJ: 41.426.978/0001-05, PARA FORNECIMENTO DE PLATAFORMA DIGITAL PARA MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROGRAMAS, AÇÕES, PROJETOS E ATIVIDADES.

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Valor Unit.	Valor Total
1	01	Unid	SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA DIGITAL PARA O MONITORAMENTO E GESTÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS, AÇÕES, PROJETOS E ATIVIDADES IMPLEMENTADAS PELO MUNICIPIO.	R\$ 9.500,00	R\$ 9.500,00

DOTAÇÃO:

Projeto	2004 – MANUT. DESPESAS OPERACIONAIS DA SEC. ADMINISTRAÇÃO
Despesa	3390.36.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (Lei 14.133/2021):

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

Cabe ressaltar que o Servidor Designado ficou incumbido somente da análise dos documentos de habilitação, pois a escolha do fornecedor e da modalidade licitatória se deu conforme justificativa da Secretaria em anexo.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

A escolha e contratação da pessoa jurídica KODEFY DESENVOLVIMENTO DE APPS LTDA, CNPJ: 41.426.978/0001-05, se faz conforme justificativa da secretaria solicitante em anexo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública e definir sobre a validade da contratação direta, por Inexigibilidade de licitação, para contratação da empresa Kodefy Desenvolvimento De Apps LTDA, CNPJ: 41.426.978/0001-05, para fornecimento de plataforma digital para monitoramento e gestão de programas, ações, projetos e atividades, com a empresa KODEFY DESENVOLVIMENTO DE APPS LTDA, CNPJ: 41.426.978/0001-05, no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), se deu conforme o orçamento trazido e aprovado pela Secretaria solicitante.

Nada mais a relatar foi lavrado o presente documento que será submetido a autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Alpestre, 14 de maio de 2025.

TÓLEMAN ALAN PICOLI

Servidor designado



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Alpestre**

**ASSESSORIA JURÍDICA  
PARECER JURÍDICO**

**Ilmo. Sr. Tóleman Alan Picoli**  
**Servidor Designado**

**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº28/2025. PROCESSO Nº72/2025. OBJETO:  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA KODEFY  
DESENVOLVIMENTO DE APPS LTDA, CNPJ Nº  
41.426.978/0001-05, PARA MONITORAMENTO E  
GESTÃO DE PROGRAMAS, AÇÕES, PROJETOS  
E ATIVIDADES.**

Em atenção à solicitação de parecer jurídico final sobre o procedimento licitatório supra, cumpre destacar o que segue:

Trata-se de inexigibilidade de licitação realizada com base no Art. 74, inciso I da Lei 14.133/21 abaixo:

**“É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**

...

**I – aquisição de materiais, de equipamentos de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.”**

**I- RELATÓRIO**

Trata-se de pedido encaminhado a esta Assessoria Jurídica para fins de manifestação jurídica quanto a viabilidade acerca da possibilidade da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA KODEFY DESENVOLVIMENTO DE APPS LTDA, CNPJ Nº 41.426.978/0001-05, PARA MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROGRAMAS, AÇÕES, PROJETOS E ATIVIDADES, CONFORME JUSTIFICATIVA**, por meio de inexigibilidade de licitação, no





Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Alpestre**

Município de Alpestre-RS, fundamentada no artigo 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21, para emissão de parecer jurídico, tendo em vista a necessidade e a justificativa apresentada pela análise de documentação e pelo procedimento da licitação.

Aponto o recebimento dos autos da inexigibilidade, para fins do disposto da lei, com documentos anexos:

Requisição do Secretário Décio Danieli, solicitando serviço contratação por Inexigibilidade de licitação da empresa Kodefy Desenvolvimento de Apps Serviços de Licença de uso de plataforma digitais para o monitoramento e gestão dos principais programas, ações, projetos e atividades implementadas pelo Município;

Documento de Formalização da Demanda (DFD), assinado pelo Chefe do Executivo;

Estudo Técnico Preliminar, assinado pelo Chefe do Executivo e Secretário Municipal da Administração;

Proposta Comercial da empresa;

Contratação da empresa pelo Município de Pinhal e Crissiumal;

Atestado de capacidade Técnica;

Balancete Orçamentário da Despesa;

Termo de Abertura do Processo;

Portaria nº 008/24 de 11 de janeiro de 2024;

Documentos pessoais do contratado;

Certidão da Junta Comercial, Industrial e Serviços do RS;



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Alpestre**

Alteração e Consolidação de Contrato Social da Sociedade Kodefy Desenvolvimento de APPS Ltda.

Certidões necessárias para a Habilitação;

Demais documentos necessários para o processo.

Posteriormente, os autos vieram a esta Assessoria Jurídica Municipal. É o breve relatório.

## II- ANÁLISE JURÍDICO

O presente parecer está adstrito aos aspectos legais envolvidos no procedimento trazido a exame, cumpre salientar o que trata o artigo 37, XXI da CF/88, in verbis:

**“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”**

Percebe-se, portanto, que o dever de licitar possui viés constitucional. Esta obrigação significa não apenas aceitar o caráter compulsório da licitação em geral, mas também respeitar a modalidade já definida para a espécie de contratação a ser buscada. Acontece que a própria Constituição da República, como sobredito, delega às legislações infraconstitucionais o possível modo de operar, dentre eles as hipóteses em que as contratações da Administração Pública não serão precedidas de processos licitatórios, o que não dispensa um processo administrativo, ressalta-se. **Essas exceções normativas denominam-se dispensa e inexigibilidade de licitação, limitadas aos casos definidos nos artigos 74 e 75 da Lei Federal nº14.133/21, respectivamente.**

**Segue artigo 74, inciso IV da Lei 14.133/21 abaixo:**





Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Alpestre**

**“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**

...

**I – aquisição de materiais, de equipamentos de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.”**

**CONSIDERANDO** a necessidade de contratação de uma solução tecnológica sob a forma de aplicativo compatível com smartphones, tablets e demais dispositivos móveis, em acordo com requisição, Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, assinado pelo Secretário da Administração e pelo Chefe do Executivo.

**CONSIDERANDO** a regularidade do Procedimento e a conveniência da aquisição do objeto, bem como a inexistência de qualquer questão quer de natureza formal ou Legal.

**CONSIDERANDO** que foi observado o princípio da publicidade, com a regular publicação do aviso de inexigibilidade, conforme preceitua a Legislação sobre o tema.

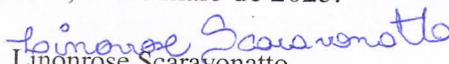
**CONSIDERANDO**, cumprindo suas formalidades legais e preenchidos os mandamentos legais do processo, estando apto a produzir seus efeitos legais e jurídicos.

### **III -CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, entendo não haver óbices para adjudicação e homologação da licitação, modalidade inexigibilidade, nos termos do Art. 74, II, da Lei 14.133/21, da pessoa jurídica **Kodefy Desenvolvimento de Apps Ltda, Cnpj nº 41.426.978/0001-05, para monitoramento e gestão de programas, ações, projetos e atividade, conforme justificativa nos autos.**

É o Parecer.

Alpestre, 14 de maio de 2025.

  
Linonrose Scaravonatto  
Assessora Jurídica  
Portaria 046/2018  
OAB/RS 62.637



**Rio Grande do Sul**  
**Município de Alpestre**  
**Praça Tancredo Neves, 300**  
**C.N.P.J. 87.612.933/0001-18**  
**Departamento de Compras e Licitações**

**DESPACHO**

Com base na formalização do processo e no parecer Jurídico reconheço ser inexigível a licitação e ratifico o ato para contratação da empresa Kodefy Desenvolvimento De Apps LTDA, CNPJ: 41.426.978/0001-05, para fornecimento de plataforma digital para monitoramento e gestão de programas, ações, projetos e atividades, no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), com base no Art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021, conforme Processo nº 72/2025, Processo de Inexigibilidade nº 28/2025.

Alpestre, 14 de maio de 2025.

RUDIMAR ARGENTON  
Prefeito Municipal